



Projeto *A Cor da Cultura*: Uma experiência de implementação da Lei nº 10.639/03

Aderivaldo Ramos Santana

Doutorando em História pela Universidade Paris IV – Sorbonne
Prof. de Civilização Brasileira na Universidade de Rennes 2 – Haute Bretagne
derisantana@gmail.com

Larissa Oliveira e Gabarra

Doutora em História Social da Cultura pela Puc-Rio
Prof.^a de História da África na UFF – PUCG e de Prática de Ensino na UERJ –FFP
larissa.gabarra@gmail.com

RESUMO: Que um finlandês, um sueco ou mesmo um croata não tenha noções sobre a história da África, talvez não tenha tanta importância, embora, no mundo dito globalizado, essa realidade seja lamentável. Que um americano ou inglês, que comercialize matérias-primas, não veja no continente africano os diferentes povos e nações que ali vivem e que somente esteja interessado em diamante, urânio e petróleo é algo admissível e aceito. Que um brasileiro comerciante ou não de matérias-primas, com muita ou pouca educação, ignore a história da África, significa não querer admitir que 1/3 da população brasileira é de origem africana. O ensino da história da África e dos afrodescendentes no Brasil, assim como da história dos ameríndios e da Europa, é fundamental para que o povo brasileiro possa aceitar sua identidade. O presente artigo é um resumo da experiência dos autores na implementação da lei nº 10.639/03, utilizando a metodologia do projeto *A Cor da Cultura*. O mesmo pretende fazer um histórico do projeto, ao apresentar o material produzido, as motivações e o desenvolvimento de sua criação e, principalmente, as atividades didáticas e metodológicas utilizadas na sua aplicação.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Afirmativa, História, Afro-brasileiro, África.

ABSTRACT: That a Finn, a Swede or a Croat does not have notions about the history of Africa perhaps should not be so important, but in a globalized world this reality is regrettable. That an American or an English man, who makes business with raw materials, does not see in the African continent the peoples and nations who live there, and that this person is only interested in diamonds, uranium and petrol is something admissible and accepted. That a Brazilian who makes business or not with raw materials, well educated or not, ignores the history of Africa, means that we do not want to admit that 1/3 of the Brazilian population has African roots. The studies of the history of Africa and of its descendants in Brazil, as well as the history of Native Americans and of Europe, are fundamental for the Brazilian people accept their identity. This article is a summary of the authors' experience in the implementation of the Law 10.639/03, using the methodology of the project *A Cor da Cultura*. This paper wants to show the project's history, by presenting the material produced, its motivations, the development of its creation and specially the methodological and didactic activities used in its application.

KEYWORDS: Affirmative Action, History, Afro-Brazilian, Africa.



“Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à história que nos ensinaram quando éramos crianças”,
Marc Ferro.

Contexto Histórico

Composto de uma considerável diversidade étnica, índios, europeus e africanos representados por várias nações, o Brasil sempre teve dificuldades em conjugar, de forma democrática, os diferentes componentes socioculturais presentes em sua sociedade. Quando o *Instituto Histórico e Geográfico (IHGB)* foi criado em 1838, a figura do indígena, do natural da terra, estava em relevo na literatura romântica que pretendia representar o país. O mesmo Instituto, preocupado em escrever uma história nacional do Brasil, criou um concurso e em 1847 premiou o texto *Como se deve escrever a história do Brasil* escrito pelo médico, botânico e antropólogo alemão Karl Von Martius¹. O pesquisador alemão pregou a possibilidade de uma harmonia entre as três raças formadoras do país, teoria que ganharia força somente nos meados do século XX através dos trabalhos de Gilberto Freyre². Antes, porém, em fins do século XIX, a mestiçagem parecia atestar a falência da nação brasileira. Segundo Nina Rodrigues³, a miscigenação era um sinal de degenerescência e era preciso, no entender dos pensadores do Estado, branquear a sociedade o quanto antes possível. Foi assim que durante muito tempo a história da África e dos afrodescendentes esteve excluída dos programas escolares e somente representada na escravatura e, de vez em quando, no folclore popular. Na prática cotidiana, africanos e seus descendentes foram discriminados e não tiveram, no período pós-abolição da escravidão, os mesmos direitos civis que a maioria dos imigrantes europeus.

Contudo, a sociedade civil organizada, os intelectuais, os acadêmicos, os movimentos sociais negro e indígena, bem como alguns segmentos da Igreja Católica, durante todo o século XX e início do século XXI, vêm denunciando o quadro desigual no qual se insere a sociedade brasileira. Como exemplos dessas desigualdades, temos: o difícil acesso à educação superior de qualidade – que, em verdade, deveria ser garantido a todo cidadão - e a diferenciação de salários entre gênero e origem sócio-racial para pessoas com os mesmos currículos. Por fim, há ainda o problema da má distribuição da terra – caso específico dos indígenas e quilombolas, que historicamente exigem o reconhecimento de suas heranças materiais, uma vez que vivem em

¹ MARTIUS, Karl Frederick Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo sócio honorário do Instituto, Dr. Carlos Frederico Ph. de Martius. [1845] Revista Trimensal de História e Geografia do IHGB. Tomo VI. Rio de Janeiro; Kraus Reprint, 1845. p. 381-403.

² FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 51. ed. São Paulo: Editora Global, 2006.

³ RODRIGUES, Nina. *Métissage, dégénérescence et crime*. par le Dr. Nina Rodrigues professeur de médecine légale à la Faculté de Bahia. In: Archives d'Anthropologie Criminelle – criminologie et de psychologie normale et pathologique, Tome Quatorzième. Paris: Masson & cie, 1899, p. 477-516.



terras que foram de seus antepassados. Partindo desse quadro, as entidades supracitadas entendem que a historicidade de alguns desses problemas exigem formulações de políticas públicas que procurem reverter o quadro de discriminações raciais e sociais construídas ao longo da história do país. Na esfera política, essas medidas ganharam o nome de políticas de Ações Afirmativas⁴.

Criadas no contexto das lutas pelos direitos civis dos afro-americanos, as Ações Afirmativas buscam reverter as desigualdades ou criar oportunidade para os excluídos, no mundo do trabalho, na política e com relação ao ingresso no ensino superior. Assim sendo, em países como Índia, África do Sul, Estados-Unidos, França, Brasil, essas políticas Afirmativas pretendem criar uma igualdade de fato, respeitando os preceitos constitucionais de cada país. Nesse sentido, Ações Afirmativas são respostas políticas às demandas dos movimentos sociais que militam pela construção de mundo equânime.

No Brasil, a existência de movimentos sociais, como a Frente Negra, em 1930, e a formação do Movimento Negro Unificado, em 1970⁵, demonstra como essas instituições foram importantes para a consolidação de políticas afirmativas, que valorizassem os afrodescendentes, sem esquecer a figura de líderes como Abdias do Nascimento (1914-2011)⁶, Lélia Gonzales (1935-1994)⁷ e Amauri Mendes Pereira⁸, para citar apenas alguns cidadãos, que, individual ou coletivamente, dedicaram e dedicam suas vidas à militância e ao ativismo em prol da democracia no Brasil. E, nos últimos 12 anos, entre as políticas afirmativas implementadas, as direcionadas para a educação vêm abrindo espaço e conquistando leis e decretos estaduais e federais que modificam as perspectivas de acesso às universidades públicas, ao mesmo tempo em que exigem a melhoria do ensino fundamental e médio em âmbito nacional.

A proposta da Lei 3.708, de novembro 2001, foi uma resposta à demanda desses movimentos sociais, que exigiam maior participação dos negros nas universidades. A Lei definiu

⁴ BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

⁵ Ver em ALBERTI, Verena & ARAUJO PEREIRA, Amilcar. *História do movimento negro no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2010; ARAUJO PEREIRA, Amilcar. *O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil 1970 – 1995*. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁶ Abdias do Nascimento foi um dos maiores ativistas negro do Brasil. Senador, professor hemérito, artista plástico, escritor e ator, foi criador do *TEN – Teatro Experimental do Negro* na década de 40. Faleceu em 2011 com 97 anos.

⁷ Lélia Gonzales graduou-se em História e Filosofia, mestrado em Comunicação Social e doutorado em Antropologia. Foi professora de Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio e chefiou o departamento de Sociologia e Política da mesma Universidade. Foi uma das primeiras ativistas negra do Brasil.

⁸ Amauri Mendes Pereira é doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e professor de História da África no *Centro de Estudos Afro-Asiáticos CEAA* da Universidade Candido Mendes – UCAM.



40% de quotas para afrodescendentes nas vagas disputadas nos vestibulares da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)⁹ e da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense). As críticas e elogios a essa medida se tornaram calorosos. O debate se estendeu para fora das universidades, possibilitando desfazer as deformações histórico-sociais do país em relação à ideia de que se vivia em uma democracia racial¹⁰.

Hoje, contamos com pesquisas sólidas sobre a Lei nº 3.708/01, como a da professora Elielma Machado. Segundo a pesquisadora, apesar do aumento expressivo de afrodescendentes nas universidades e, portanto, da modificação real do quadro de desigualdade étnica em que se encontrava o acesso da maior parte da população brasileira ao nível superior, esse acesso ainda não é satisfatório e o alunado apresenta a demanda por um ensino de nível fundamental e médio de melhor qualidade¹¹.

Em nove de janeiro de 2003, uma das primeiras medidas educacionais tomadas pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, foi a Lei nº 10.639/03¹² que alterou o Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96. A Lei nº 10.639/03 é a medida que legitima oficialmente a luta do negro, colocando a história e as culturas dos afro-brasileiros e africanos no campo das necessidades de conhecimento primordiais da nação¹³. A partir da publicação, ficou estabelecido que as escolas de ensino fundamental e médio são obrigadas a tratar, nos currículos, em especial nos de Educação Artística, História e Literatura, os

⁹ Ver em DE SANTANA, Aderivaldo Ramos. *L'action positive et l'accès à l'enseignement supérieur en France et au Brésil : évaluation des expériences de l'Institut d'études politiques Sciences Po-Paris et de l'Université d'Etat de Rio de Janeiro – UERJ*. 2009. Dissertação. (Mestrado), Universidade Rennes 2 – Haute Bretagne.

¹⁰ Mais de dez anos se passaram depois das primeiras experiências de reserva de vagas nas universidades brasileiras. Um amplo debate, promovido sobretudo por entidades ligadas ao Movimento Negro, mobilizou o país, chegando até o *Supremo Tribunal Federal*. O *STF* julgou no dia 26/04/2012, por unanimidade, constitucional o sistema de cotas nas universidades brasileiras. A presidente Dilma Rousseff sancionou a lei nº 12.711/2012 que será implementada gradualmente nos próximos 4 anos até chegar, em 30/08/2016, a reservar 50% de vagas para cotas. Dentro dessas vagas reservadas, uma porcentagem será destinada a estudantes de acordo com sua renda familiar e outra parte para estudantes autodeclarados negros, pardos e indígenas. A sentença do *STF* e a Lei nº 12.711/2012 representam vitórias importantes para a luta dos direitos civis dos negros no Brasil.

¹¹ MACHADO, Elielma A. Democracia racial e racismo à brasileira. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 43-71, 2010. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

¹² No dia 09 de janeiro de 2013 a lei nº 10.639/03 completou dez anos de existência. Dez anos de lutas e conquistas. Cf: PASSO, Flávio. 10 anos da lei nº 10.639/03: e como ficamos? Disponível em: Geledés Instituto da Mulher Negra <<http://www.geledes.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

¹³ Acredita-se que apesar de as áreas de conhecimento Diáspora Africana no Brasil e História da África terem suas especificidades, no caso da Lei nº 10.639/03, tanto uma quanto a outra área são importantes serem conhecidas, aprofundadas e difundidas. Sobre o crescente interesse dos estudos sobre África no Brasil ver MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro: Revista de História da UFRJ, v. 5, n. 9, 2004.



conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira e da África, à luta dos negros no Brasil e sua contribuição social, econômica e cultural para a formação da sociedade brasileira¹⁴.

Essa Lei veio responder às demandas de inclusão, no currículo mínimo escolar, do estudo da História e da Cultura da África e dos Afrodescendentes que, em relação a outros conteúdos tratados, era quase inexistente. Implementá-la é dar um passo importante para a mudança e formação crítica do país. Entende-se assim, que a história dos africanos e afro-brasileiros é essencial, tanto quanto outros assuntos para educação do jovem brasileiro.

Que um finlandês, um sueco ou mesmo um croata não tenham noções sobre a história da África, talvez não tenha tanta importância, embora, no mundo dito globalizado, essa realidade seja lamentável. Que um americano ou inglês, que comercialize matérias-primas, não veja no continente africano os diferentes povos e nações que ali vivem e que somente esteja interessado em diamante, urânio e petróleo, é algo admissível e aceito. Que um brasileiro comerciante ou não de matérias-primas, com muita ou pouca educação, ignore a história da África e do afro-brasileiro, significa não querer admitir que 1/3 da população brasileira é de origem africana.

O ensino de história da África e dos afro-brasileiros nos ajuda a melhor compreender as manifestações culturais de matrizes africanas no Brasil como o candomblé, a capoeira, o congado e o maracatu, práticas integradas no cotidiano de toda a população¹⁵. O processo de adaptação dessas práticas culturais no meio social e suas consequências políticas e econômicas tornaram-nas símbolos do país. Segundo Lélia Gonzáles, a África esta presente no domingo de samba, na ginga especial do futebol, na tanga colorida, nas influências africanas que estão marcadas no modo de viver e, também, no próprio linguajar do “*pretoguês*”¹⁶. A presença de um léxico africano inscrito no vocabulário português como samba, tanga, ginga, jiló, cuíca, ganzá, vatapá, dengo,

¹⁴ BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF, out. 2005.

¹⁵ As manifestações culturais supra mencionadas, herdeiras de matrizes africanas, sofreram algumas modificações devido ao hibridismo cultural existente no Brasil. Cabe lembrar que algumas delas foram inventadas em circunstâncias específicas como forma de resgate cognitivo de uma memória reinventada na diáspora africana e por isso não possuem correspondência fora do Brasil. Sobre capoeira, maracatu e congado ver GABARRA, Larissa Oliveira e. *O reinado do Congo no Império do Brasil*. Memórias da África Central no Congado de Minas Gerais, século XIX. 2009. Tese. (Doutorado em História). Puc-Rio, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro. Sobre culturas africanas ver também: IROKO, A. Felix. Des migrations à l'intégration. *Africultures*, n. 31, out. 2000. Sobre a recriação de mitos africanos no Brasil ver: CARNEIRO, Edison. Xangô. *Novos Estudos Afro-brasileiros* – trabalhos apresentados ao 1º Congresso afro-brasileiro em Recife, 1934. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1988, p. 139-145.

¹⁶ Ver em OLIVEIRA, Iolanda; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; OLIVEIRA, Rachel de. *Negro e educação 4: linguagens, resistências e políticas pública*. São Paulo: Ação Educativa; ANPED, 2007.



propriamente bantas,¹⁷ é um dos exemplos dessa presença na história e na cultura brasileiras. Do mesmo modo, o ensino dos conteúdos propostos pela Lei nº 10.639/03 nos auxilia a melhor compreender a existência de uma cultura afro-brasileira presente no litoral oeste do continente africano, outrora chamado “Costa dos Escravos”, cultura essa resultado dos retornos de africanos e afro-brasileiros no final do século XVIII e durante todo o século XIX¹⁸.

Mas para que a Lei 10.639/03 e o ensino da história da África e do afro-brasileiro fossem integrados no dia-a-dia das escolas, várias coordenadorias que trabalham com a temática de valorização das culturas africanas e afro-brasileiras, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e Neabs (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros) das universidades públicas, nas capitais e no interior do país, criaram projetos e articularam cursos de formação para os professores das redes públicas municipais e estaduais. Entre alguns desses projetos institucionais de toda ordem estão os chamados cadernos do CEAPS (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas); o projeto Camélias, o curso de capacitação Étnico Racial da Coafro e da Secretária da Educação de Uberlândia, MG; o Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB); os Fóruns Educação Afirmativa Sankofa - Oficina Matriz Africana e Ação Educativa e Exposição África-Brasil: O Legado de Abdias Nascimento – 2009, 2011, 2012, do Instituto de Pesquisa e Afro-brasileiro (IPEAFRO); o Curso de Extensão Etno-racial, Sexual e Cultural da cidade de Ribeirão Preto, SP; e o projeto A Cor da Cultura, da Tv Futura. É narrando as experiências realizadas durante o projeto *A Cor da Cultura* que o presente artigo busca enriquecer o debate sobre educação e igualdade racial no Brasil.

¹⁷ LOPES, Nei. *O Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

¹⁸ Não foi somente a população brasileira que herdou valores africanos. Ao contrário do que se imagina, muitos africanos hoje conhecem o Brasil graças ao retorno de seus bisavós, avós. Em pesquisa realizada no Benim, em julho e agosto 2012, Aderivaldo Ramos de Santana entrevistou historiadores, antropólogos e representantes da sociedade civil beninense e confirmou a existência de um rico refluxo de informações, trocas culturais entre Brasil-África e vice-versa, refluxo esse que foi objeto das pesquisas de Pierre Verger, em: VERGER, Pierre. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de todos os santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*. Paris: Mouton & co – LA HAYE, 1968; do mesmo autor, ver: Influence du Brésil au Golf du Bénin. In: *Les Afro-Américains: Mémoires de l'IFAN*. Dakar, n. 27, p. 252- 269, 1953; COSTA E SILVA, Alberto. *O vício da África e outros vícios*. Edições Sá da Costa, 1989; do mesmo autor: *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003. Sobre a presença afro-brasileira no Benim, ver também: GURAN, Milton. *Os Agudás: os «brasileiros» do Benim*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999; TURNER, Michael J. Escravos brasileiros no Daomé. *Revista Afro-Ásia* – Centro de Estudos Afro-Asiáticos Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1970. Disponível em: <www.afroasia.ufba.br>. Acesso em: 01 jun. 2005; KRASNOWOLSKIS, Andrzej. *Les afro-brésiliens dans les processus de changement de la Côte des Esclaves*. Académie polonaise des sciences: Ossolineum, 1987 (agradeçemos a Prof. Doutora Mônica Lima e Souza por nos apresentar esse documento). Sobre o retorno de africanos para Cabinda, no litoral da atual Angola, ver LIMA E SOUZA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.



O Projeto *A Cor da Cultura*

Mojuba, seja bem vindo à roda!

A ideia que tiveram Luiz Antônio Pilar e Antônio Pompêo de fazer um programa de televisão de curta duração, em média de 2 a 3 minutos, sobre os grandes personagens negros da história brasileira foi o embrião do projeto. Através do Centro Brasileiro de Desenvolvimento do Artista Negro (CIDAN), com o apoio da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e consultoria de Vânia Sant’Ana, nasceu o programa *Heróis de Todo Mundo*, exibido no canal Futura em pequenas doses diárias. A boa aceitação do programa por parte dos telespectadores e do próprio canal fez com que o mesmo fosse incorporado a um projeto maior que se chama *A Cor da Cultura*.

Desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, com o apoio financeiro da Petrobrás e institucional do Ministério da Educação e da Fundação Palmares – Ministério da Cultura, o projeto permite que a Lei nº 10.639/03 não seja apenas uma lei de papel e que sua aplicação represente, de fato, uma mudança substancial na forma de se ensinar história da África e dos afro-brasileiros. A parceria estabelecida representa interesses públicos e privados expressos em ideais, atitudes e conquistas dos afro-brasileiros, valorizando o negro na formação do país, através de programas educativos. A expectativa das consequências sociais desse projeto no Brasil é a de que o reconhecimento das contribuições dos africanos e afro-brasileiros na ciência e na tecnologia possibilite uma reescrita da história brasileira.

O projeto *A Cor da Cultura*, em consonância com os objetivos traçados na Lei nº 10.639/03, pretende desfazer o estereótipo negativo que foi construído sobre a África e sobre os afro-brasileiros, desconstruir o paradigma hegeliano de que a “África não possui história”¹⁹. Para tal feito, foi necessário deixar que a reescritura dessa história assumisse um olhar de dentro para fora, ou seja, contar a história do continente africano e dos seus descendentes no Brasil com base em seus atores. Entende-se que esse esforço deve ser feito num contexto mundial, em busca dos muitos rastros e pistas que a diáspora africana deixou sobre uma história eurocêntrica até então privilegiada pela academia.

O projeto *A Cor da Cultura* é composto de duas etapas: a primeira é a produção do *kit A Cor da Cultura* e a segunda é a distribuição (do kit) e a capacitação dos professores da rede pública municipal. O público alvo inicialmente foi professores e supervisores do ensino

¹⁹ FAGE, J.D. A Evolução da historiografia da África. In: KI-SERBO, Josephe. (Org.). *História Geral da África*. v. I. São Paulo: Ed. Ática, UNESCO, 1983, p.8.



fundamental e médio, associações civis e ONGs. Na segunda etapa, a parceria com as Secretarias de Educação Municipal foi imprescindível e a continuidade do projeto nas escolas que receberam os Kits foi uma das preocupações da equipe gestora. O projeto que iniciou em 2005 já está na sua 2ª edição.

A viabilidade do mesmo só foi possível com a participação de organizações, associações e núcleos de estudos vinculados à temática que participaram de um edital da *Fundação Roberto Marinho* em que propuseram suas estratégias didáticas para a aplicação da Lei nº 10.639/03 e se tornaram parceiros do projeto. Foram elas: Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, RJ; Geledés – Instituto da Mulher Negra, São Paulo, SP; Neab – UFU, Uberlândia, MG; FUNDEP – UFMG, Belo Horizonte, MG; CEAP – Centro de articulação de Populações Marginalizadas e N´BLAC - Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de estudos em relações raciais, gênero e movimentos sociais, certificado pelo CNPq; N’Zimga, Belo Horizonte, MG; e INDEC – Instituto do Desenvolvimento Cultural de Nova Iguaçu, RJ.

O *kit* original é composto por oito fitas VHS contendo 56 (cinquenta e seis) programas²⁰, divididos em cinco séries diferentes. A série *Ação*, com Serginho Groisman, mostra as iniciativas de inclusão social através do trabalho voluntário de ONGs e comunidades – Olodum, Raízes da África, Sonho de Erês, Maria Mulher e outras, que procuram alternativas às dificuldades vivenciadas pelos afro-brasileiros. A série *Heróis de Todo Mundo* é composta de 30 (trinta) programas de dois minutos sobre a vida de alguns cidadãos afro-brasileiros atuantes na cultura, na política, nas ciências e na história do país, como Adhemar Ferreira da Silva, Antonieta de Barros, André Rebouças, Lélia Gonzáles, Paulo da Portela, Pixinguinha, Cruz e Souza, Benjamin de Oliveira, Machado de Assis, Mario de Andrade, Elizabeth Cardoso, Chiquinha Gonzaga, Lima Barreto, Leônidas da Silva, Jackson do Pandeiro, Tia Ciata, Teodoro Sampaio, José do Patrocínio, Juliano Moreira, entre outros.

Os mesmos heróis fazem parte do jogo educativo, homônimo, que pode ser jogado numa perspectiva competitiva ou cooperativa²¹, através de um tabuleiro e de questões científicas gerais e específicas sobre o tema, ou não, que também se encontram no *kit*. *Mojuba* é a série mais adulta do projeto, mostra as influências religiosas de matrizes africanas na literatura, na música,

²⁰ Todos os programas estão sendo exibidos na Tv Futura; o *Mojuba* e *Heróis de Todo do Mundo* são exibidos também na TVE e o *Ação*, na Rede Globo de Televisão.

²¹ Em ambas as perspectivas o objetivo é proporcionar a descoberta e a aprendizagem a respeito dos personagens. Porém, na perspectiva cooperativa não há vencedor nem perdedor, todos ganham.



na culinária e no cotidiano dos brasileiros através de entrevistas e discussões de cunho teórico. *Nota Dez* é um programa apresentado em dois blocos, ocorrendo no primeiro bloco uma discussão sobre uma questão polêmica em que o racismo é explícito e, no segundo bloco, são mostradas instituições que têm experiências de ensino bem sucedidas de luta contra o racismo no país. A última série chama-se *Livros Animados* e é composta de 22 (vinte e duas) animações de vários livros infantis como *Menina do Laço de Fita*, *Menino Nito*, *Ifá*, *Berimbau*, *Capoeira*, *Jongo* e outros em que a apresentadora Vanessa Pascale brinca com as crianças introduzindo os livros.

O *kit* contém também três Cadernos destinados ao Professor, intitulados globalmente como *Saberes e Fazeres*, que foram supervisionados por Ana Paula Brandão. O primeiro caderno, *Modo de Ver*, foi organizado por Azoilda Trindade e Ricardo Benevides. Esse caderno traz sete textos teóricos que discutem o contexto do racismo, as consequências sociais e culturais e apresenta possíveis caminhos para a transformação da sociedade brasileira, através da discussão de conceitos como cidadania e africanidade. O segundo caderno, *Modo de Sentir*, organizado por Mônica Lima, apresenta o programa curricular do projeto, acrescentando informações gerais, conteúdos específicos para facilitar a operacionalidade do *kit* nas salas de aulas. Finalmente, o terceiro caderno, *Modo de Interagir*, também organizado por Azoilda Trindade, traz várias dinâmicas e metodologias didáticas para ajudar na aplicação desses conteúdos. Além dos cadernos, há um glossário, *Memória das Palavras*, baseado nos estudos de Nei Lopes, que também prestou consultoria ao Projeto. Carlos Negreiros produziu o CD *Gonguê*, que apresenta os instrumentos e as músicas de influências africanas em várias manifestações da cultura popular brasileira. Cada Escola Municipal que participou da capacitação recebeu um *kit*.

A segunda edição do projeto complementou o *kit*, incluindo um quarto volume dos Cadernos *Modos de Fazer*, que trata de tecnologia, ciência e religiosidade; além de trazer novas personalidades afro-brasileiras para o programa *Heróis de Todo Mundo* e novos episódios para as séries *Mojubá*, *Nota 10* e *Livros Animados*. O material é acompanhado de um mapa das rotas do tráfico negreiro, representando uma sistematização da diáspora africana durante os séculos XV-XIX, e um cartaz em que os valores Civilizatórios Afro-Brasileiros, como Oralidade, Circularidade e Ancestralidade, estão dispostos numa mandala.

Metodologia de Aplicação do *kit* A Cor da Cultura

Tanto na primeira, como na segunda edição do projeto, os educadores, artistas, ativistas, representantes das instituições parceiras, coordenadores e responsáveis por capacitar professores da rede pública tiveram um encontro de formação em Petrópolis, RJ. Nos dois anos, 2006 e



2010, durante uma semana, cujo cronograma foi dividido em dinâmicas didáticas que utilizavam o material do *kit*, os educadores receberam uma capacitação aplicada por Azoilda Trindade e pela equipe do canal Futura. Para complementar, os consultores do projeto, na primeira edição, Júlio Tavares, Isaura e Carlos Negreiros, Mônica Lima, Maria Aparecida Bento e Vânia Sant'Ana ministraram palestra a fim de melhor responder as questões metodológicas que poderiam existir. Na segunda edição, os palestrantes foram Amauri Mendez, Walter Silvério, Macota Malvina, Denise Barata, Álvaro Nascimento, entre outros. Antes de sair a campo nas duas edições, houve mais um encontro na cidade do Rio de Janeiro, onde foram vivenciadas as oficinas que seriam ministradas durante as capacitações nos Estados brasileiros. Esses encontros reforçaram os ideais do grupo de capacitadores e deram clareza nos caminhos possíveis de utilização do conhecimento pessoal sobre o tema – condição base para participar do projeto – de cada profissional envolvido.

A segunda parte da metodologia foi o trabalho de campo propriamente dito, dividido em duas fases: a primeira, a capacitação em si e a segunda, que consistiu no retorno às cidades visitadas na primeira fase para um acompanhamento junto aos professores da utilização do *kit* nas escolas. As duas fases contribuíram para aplicação da Lei nº 10.639/03 a partir da difusão do *kit* do Projeto *A Cor da Cultura*, na perspectiva de incentivar a pesquisa e o ensino da Cultura e História da África e Afro-brasileiros. Também possibilitaram a troca de experiências com os professores e outros representantes de associações dos movimentos negros e sociais de cada cidade visitada. A partir dessas trocas surgiram demandas. Os professores exigiram, de modo geral, uma ampliação do público-alvo, incluindo, assim, professores da rede infantil, e, em particular, uma complementação dos conteúdos do *kit*, sobretudo com relação aos temas ciência, religião e tecnologia.

Na primeira edição foram alcançados sete estados do país, a partir da parceria com as Secretarias Municipais de cada cidade em que estivemos. Foram eles: São Paulo (capital e ABC e Campinas), Pará (Belém), Bahia (Salvador), Mato Grosso do Sul (Corumbá e Campo Grande), Maranhão (São Luís), Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Niterói). Na 2ª edição os Estados privilegiados foram: Minas Gerais (Uberlândia, Belo Horizonte e Juiz de Fora), Amazonas (Manaus), Mato Grosso (Cuiabá), Pernambuco (Recife e Olinda) e Paraná (Cascavel).

Houve várias equipes de apoio enquanto o trabalho em campo era realizado. Além da coordenação geral, a coordenação pedagógica dava “luxuosos suportes” teóricos, como se convencionou chamar essas contribuições. Algumas palestras foram necessárias, tendo em vista



que durante a capacitação dos professores surgiram demandas, principalmente, no trato da religião. Essa questão precisou de um olhar especial, foi o caso do professor Juarez Xavier que fez uma conferência no fim da segunda semana de trabalho em São Paulo. Conferência que nos auxiliou a melhor abordar temas difíceis, mas necessários de serem tratados, pois tangenciam uma intolerância religiosa crescente na sociedade brasileira. O esclarecimento sobre o candomblé, Exu e Ifá, foi importante para lidar com a temática. Acordou-se que a questão da fé de cada um não deveria ser o foco do debate, mas sim como conviver e aprender com as diferentes visões de mundo. Outras equipes importantes foram a de mobilização e a de produção, que ajudavam com problemas eventuais e se preocupavam com a estrutura da locação.

A equipe de capacitadores era responsável pelas oficinas e as avaliações parciais da aplicação do Projeto. A capacitação nesses estados foi realizada em dupla e algumas vezes em trio, devido ao número de professores por turma, uma média de 35 a 40. Essa configuração permite uma dinâmica que torna o trabalho menos cansativo aos alunos e mais profícua a aprendizagem. Seguiu-se um roteiro pré-estabelecido, no qual se utilizavam conhecimentos e experiências pessoais de cada capacitador para enriquecer o conteúdo do projeto e solucionar as barreiras contra o ensino da temática²².

Disponibilizar um vasto material de papelaria, como cola, tesoura, crepom colorido, bexigas, papel A4 colorido e branco, cartolina foi uma das estratégias para despertar a criatividade e espontaneidade dos professores. Esse tipo de incentivo criativo para a discussão do tema era proposto por meio do trabalho coletivo e foi extremamente útil àqueles que se colocavam mais arredios à problemática, pois esses acabavam se aglutinando no fazer lúdico em grupo e deixavam-se levar pelo carisma do assunto.

A prática de sala de aula

Na primeira edição, foram realizados três dias de capacitação. O primeiro dia, recepção dos professores, começava pela manhã com uma apresentação Institucional do projeto, realizada por Ana Paula Brandão, e uma palestra introdutória feita por Azoilda Trindade ou por Mônica Lima. Na maioria das vezes estavam presentes os representantes da cidade, prefeitos ou subprefeitos, e das Secretárias da Educação. Dividiam-se em grupos os professores presentes, encaminhando-os as suas respectivas salas de aula, preparadas pelos capacitadores de maneira

²² Houve reações dos professores capacitados em relação à utilização do *kit* para elaboração de aulas de matemática. Nesse momento, explicávamos sobre o trabalho de Cheik Anta-Diop, seus estudos sobre o Egito e a importância desses estudos para restabelecer o valor das populações africanas do Nilo. Também explicamos sobre a origem da matemática, dos teoremas relacionados às pirâmides egípcias.



alegre e acolhedora. Ainda pela manhã, ocorriam as apresentações pessoais, o posicionamento do objetivo do projeto e o cronograma das sequências dos outros dias. Primeiro dia à tarde: Fundamentação Teórica e Relações Raciais no Brasil; segundo dia, Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros; terceiro dia: Metodologia e Planejamento. Em sala de aula, a apresentação do Projeto ficou por conta do programa *Livro Animado* – episódio: *Menina bonita do laço de fita*, que trabalha, entre outros, o tema: beleza negra.

Uma vez debatida a existência do preconceito com relação à cor e ao corpo do negro, na tarde desse primeiro dia, introduziu-se os textos teóricos do Caderno *Modo de Ver* para serem trabalhados em grupos e, depois, apresentados de forma sistemática em painéis de cartolina. Em seguida, realizou-se uma oficina que se convencionou chamar de África, que pretendia desmitificar a corrente visão de que o continente é um país e é homogêneo. Colocou-se o mapa da África no chão e separaram-se os participantes em seis grupos, cada um representando uma das divisões geopolíticas da África: Austral, Ocidental, Oriental, Norte, Oceano Índico e Central. Explicou-se que essas divisões não são proporcionais às diferenças culturais, econômicas e políticas desse continente; essa heterogeneidade vai muito além. Só a África Central, por exemplo, reúne 10 países: Burundi, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Camarões²³ e mais de 15 diferentes grupos étnicos apenas na República Democrática do Congo: kongo, luba, lunda, pende, solongo, dondo, holo, suku, yombe, yaka, wongo, mbala, kuba, chokwe, lele, luntu e etc²⁴. Intercalaram-se as duas oficinas com um dos programas da série *Heróis de Todo Mundo* e com uma das primeiras partes do programa *Nota Dez*. Em seguida, abriu-se um debate sobre a análise das imagens e a relação com as oficinas, momento este de maior troca de experiência e ressignificação dos preconceitos. Os momentos de debate foram primordiais para se obter o retorno sobre o que já havia sido ministrado.

Esse ritmo – acolhida, dinâmica para motivação e introdução do tema do dia, leitura de imagem após a exibição de um dos programas, exercício complementar, amarrando-o com o debate e as atividades anteriores – foi vivenciado a cada dia de capacitação, com um plano que pôde ser utilizado como base para aulas de diversas temáticas e enfoques. Essa prática didática é rica, pois possibilita uma dinâmica no ensino- aprendizagem que, além de não fugir de momentos de leitura e aprofundamento do assunto abordado, facilita a concentração e o aproveitamento pelo aluno da produção de conhecimento proposto. O debate, momento de socialização entre os

²³ BELLUCCI, Beluce. (Org.). *Introdução a História da África e Afro-brasileira*. Rio de Janeiro: UCAM e CCBB, 2003.

²⁴ GABARRA, Larissa. *Rapport de Satage au Musée Royale de l' Afrique Centrale*. Tervuren, BE, 2005.



alunos, viabiliza o reforço de alguns conceitos, o esclarecimento de dúvidas e uma maior abertura para dialogar sobre os temas apresentados.

No segundo dia, a temática aplicada dizia respeito aos Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros: Oralidade, Corporeidade, Cooperativismo (Comunitarismo), Memória, Ancestralidade, Axé (Energia Vital), Ludicidade, Religiosidade, Circularidade e Musicalidade. A oficina realizada buscou os significados para cada uma dessas palavras. O programa assistido foi do *Livro Animado - Como as Histórias espalharam-se pelo Mundo*. Através do personagem principal, um ratinho observador que circulava entre diversas sociedades africanas, instigou-se um debate sobre as diferenças culturais. Os valores da cultura afro-brasileira eram lembrados por meio do exercício *Resgate*, no qual os próprios professores buscavam, a partir de seus conhecimentos cognitivos, as lembranças de cantigas, brincadeiras, contos de suas infâncias que eram socializados, sempre utilizando o material de artes plásticas para teatralizar suas memórias, o que os permitiu sair da posição, um tanto quanto rígida, de professor para adentrarem o universo lúdico e abstrato dos alunos. A tarde era reservada para apreciação de um programa de cada série e, logo após, um planejamento de aula que utilizasse os vídeos exibidos através da prática descrita.

O terceiro dia era o mais difícil. Após dois dias de intensas discussões, trocas e transformações de pontos de vista pessoais, as oficinas caminhavam com um ar de melancolia. Eram muitos os professores que diziam: “Levaremos o *kit*, mas o mesmo seria mais completo se vocês viessem juntos”. Essa afirmação muitas vezes representava um receio em produzir conhecimento a partir de seus próprios saberes sobre História e Cultura da África e dos afro-brasileiros. Então, reiterou-se a capacidade de cada um de elaborar aulas, em que a própria identidade brasileira servisse de suporte inicial para essa produção, como também a potencialidade do *kit* para esse trabalho. Aproveitou-se o afeto conquistado junto aos professores e a adesão ao projeto para abordar o tema religiosidade africana, utilizando o vídeo *Livro Animado - Ifá*. Em seguida, fez-se um jogo de bingo, no qual em vez de se sortear números, cantaram-se palavras do Glossário *Memória das Palavras*. Assim, incentivou-se a descoberta dos significados das palavras afro-brasileiras e reforçou-se o conhecimento cognitivo dos professores. Para a tarde sobrava a avaliação final, a despedida, a entrega do *kit* e, também, a confecção de um cronograma para utilização e difusão do material nas escolas, que foi verificado na segunda fase do trabalho de campo, quando apenas alguns capacitadores voltaram para acompanhar o andamento do projeto nas escolas.



Na segunda edição do projeto, que também conta com duas fases: capacitação e avaliação nas escolas, alguns exercícios mudaram, mesmo que a dinâmica: acolhida, aquecimento; exibição de um vídeo; exercício em grupo; discussão teórica; socialização, permaneceu a mesma da utilizada na primeira edição. Uma mudança importante foi inclusão de uma via de comunicação entre os professores e o canal Futura, através de uma plataforma de Ensino a Distância, elaborada pela Fundação Roberto Marinho, na qual os professores enviaram seus planos de trabalho no período entre o encontro de capacitação e os de avaliação do projeto na escola.

Na prática, o primeiro dia da segunda edição, iniciou-se com uma discussão sobre o racismo na escola. Essa discussão foi encaminhada a partir do texto da Eliane Cavaleiro²⁵, que possibilitou o reconhecimento da existência de um racismo nas escolas e de uma discriminação feita pelos próprios professores e familiares. No fim do dia, o exercício *Adinkras*²⁶, com os símbolos identitários da cultura Akã e seus significados em formato de quebra-cabeça, também foi muito proveitoso, pois os professores acabaram conhecendo um pouco sobre a história do povo Ashanti, reino que viveu seu auge nos séculos XVIII e XIX, localizado atualmente no litoral da Nigéria. Eles, metaforicamente, quebraram a cabeça para fazer uma apresentação das peças, dividindo-as em conceitos transversais ou estruturantes. Na verdade, não tinha um resultado prévio definido, a ideia era criar a discussão e observar a complementaridade dos sentidos dos dois conceitos estruturais e transversais.

No segundo dia, os professores foram convidados a participar da elaboração da acolhida trazendo um exercício. Particularmente, nas cidades de Recife e Olinda, o jogo *Amor e Vida*²⁷ fez muito sucesso e foi difundido entre todos, extrapolando a sala de aula. Eles trouxeram também um objeto pessoal que lhes remetesse ou representasse uma imagem da África ou da afro-brasilidade. Com esse objeto fez-se um exercício que se convencionou chamar de *Relicário*: feito de papel crepom colorido com os objetos pessoais, carregados de histórias particulares. Esse exercício foi bastante emocionante, pois despertava a identificação do professor com valores e expressões africanas e afro-brasileiras que fazem parte do seu cotidiano. O dia terminava com a socialização dos relatos sobre o que já estava sendo desenvolvido nas escolas com respeito à implementação da Lei nº 10.639/03. No encontro de avaliação, foram reforçados os pontos

²⁵ CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e anti-racismo na Educação: repensando nossa escola*. Brasília: UnB, 2001.

²⁶ NASCIMENTO, Elisa Lakin e GA, Luiz Carlos. *Adinkra, Sabedoria em símbolos africanos*. Rio de Janeiro: Ipeafro / Pallas Editora, 2009.

²⁷ Num diálogo entre o Amor e a Vida, as duplas se revesam e demonstram afetos que rompem com a rigidez do ensino cartesiano.



positivos dos projetos em andamento nas escolas e verificaram-se as dificuldades encontradas, procurando no diálogo e auxílio dos professores, estratégias para vencê-las.

Avaliação Geral Parcial

O tema História e Cultura da África e afro-brasileiros é extremamente delicado por vários motivos, mas principalmente porque afeta o ser humano individualmente, seja ele negro ou branco. Na construção da ideia de nação brasileira, não houve a preocupação em nomear os atores nacionais oriundos das várias etnias que fizeram do território do Brasil o seu lar, apenas privilegiaram os europeus nessa atuação. A história do Brasil acompanhou as linhas de pesquisas mundiais, nas quais os negros exerceram o papel de coadjuvantes. Essa distorção historiográfica é muito cara à consciência do povo brasileiro de maneira geral, pois além de limitar o conhecimento sobre nós mesmos, cria uma barreira preconceituosa sobre o africano e os afro-brasileiros.

Por isso, a Lei nº 10.639/03 e sua implementação são tão importantes para resgatar a participação desses grupos, outrora camuflados, dando voz a indivíduos que podem recontar a história do Brasil que ainda se encontra distorcida nos livros didáticos e bancos escolares²⁸. No entanto, para que ocorra a transformação da escrita da história do Brasil, os projetos educacionais em consonância com o objetivo da Lei nº 10.639/03 de valorização dos conhecimentos de matrizes africanas devem enfrentar, primeiramente, o preconceito com o tema para, em seguida, introduzi-los nos currículos escolares sem grandes barreiras.

Nesse sentido, o projeto *A Cor da Cultura* foi inovador, pois apresentou um suporte didático audiovisual de altíssima qualidade, acompanhado de um apoio teórico-metodológico de mesma qualidade. Teve como objetivo reconhecer o preconceito e apontar algumas temáticas que podiam ser trabalhadas nas salas de aulas. A próxima etapa é de responsabilidade dos professores, diretores, Secretarias de Educação, família e todos os segmentos da sociedade.

Mesmo que as ações institucionais em prol da Lei nº 10.639/03 tenham sido muitas, as individuais ainda são as que mais persistem, pois não cessam com o fim da programação do curso, mas versam sobre a vida toda do professor. Por isso, um dos principais objetivos desses cursos é o de conquistar um público maior para a causa da equidade racial e social no Brasil.

²⁸ Sobre a presença dos africanos e afro-brasileiros nos livros didáticos antes da Lei nº 10.639/03 ver, entre outros: RIBEIRO, Renilson Rosa; VALERIO, Mairon Escorsi & FRACCARO, Glauca Cristina C. *O negro em folhas brancas: ensaios sobre as imagens do negro nos livros didáticos de história do Brasil (últimas décadas do século XX)*. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2002.



Contundentemente, afetou-se cada um dos professores. De maneira geral, o objetivo proposto foi alcançado. A resposta às aulas de História e Cultura da África e dos afro-brasileiros pelos Estados por onde passou o projeto *A Cor da Cultura* foi muito boa, principalmente dada a receptividade dos professores e o interesse em trabalhar com o tema. Eles, que participaram dessa capacitação, aderiram à ideia de trabalhar com o *kit* e estavam dispostos a iniciar o processo de transformação da educação brasileira nos seus cotidianos escolares.

Como as capacitações foram realizadas com os educadores em sua maioria em universidades e centros de convenções, ou seja, fora do ambiente escolar, não se verificou quais as condições reais de trabalho desses docentes. O mesmo aconteceu durante o encontro para a avaliação da implementação do projeto nas escolas. Nesse segundo momento, uma vez mais, constatou-se a disposição dos professores capacitados em iniciar o uso do *kit* nas suas escolas. No entanto, não foi possível avaliar a implementação, na sala de aula, desse material que é 85% áudio visual²⁹ e depende, além do desejo do professor, das condições materiais e logísticas da própria escola. Esse suporte didático necessita, efetivamente, de aparelhos de TV, vídeo e som, do que nem todas as escolas públicas dispõem.

Mesmo que o *kit* venha com quatro Cadernos do professor para apoio didático e teórico, a compra de outras fontes de pesquisa sobre o assunto e o incentivo contínuo são primordiais para a familiarização dos professores com a história do continente africano e dos afro-brasileiros.

A boa receptividade em alguns casos se tratava de curiosidade e não de vontade de discutir o tema. Mas a curiosidade foi suficiente para aproximar esses docentes da temática. Alguns deles se confrontaram com seus próprios preconceitos. Os capacitadores não ficaram isentos do confronto. Esse embate foi enriquecedor ao servir de foco central para a discussão, pois assim, quebrou-se, entre os participantes, o mito da democracia racial no Brasil.

A expectativa de que o trabalho deveria ter sido um curso de história da África ficou marcada como a principal crítica por parte dos professores. Porém, há de se reconhecer que estudar uma história que foi negada por mais de 300 anos não seria possível em um curso de graduação de três anos, quanto mais em três dias de capacitação. Muitos dos consultores, organizadores do material didático e capacitadores vêm pesquisando sobre África durante suas vidas. Há, pois, a necessidade de criação/oferecimento de um curso de formação contínua para

²⁹ Em 2008 e 2009, novas etapas de capacitações e avaliações foram realizadas nos sete estados listados no presente artigo. Outros estados foram incluídos e fizeram parte da terceira e quarta etapas de aplicação do projeto *A cor da cultura*.



os professores, além da consciência de que cada brasileiro, principalmente os educadores, precisa se dedicar mais para conhecer a história da África e da diáspora africana no Brasil e no mundo. Também há de se reconhecer que ao experimentar os encantos do mundo afro, a sede por mais dessa bebida prova a eficácia e o potencial dessa área de conhecimento.

Devido ao reduzido tempo de trabalho em campo e os mais de 100 anos de projetos políticos pedagógicos escolares que excluíram o tema da história da África e da cultura afro-brasileira, as demandas dos educadores foram grandes, assim, a presença dos consultores foi fundamental para sanar boa parte delas. Por isso, as palestras realizadas pelos consultores em cada estado, foram providenciais, pois ajudaram na medida em que respondiam algumas dessas demandas, além de ajudarem durante o trabalho de capacitação nas salas de aula.

A maneira como foi concebido o roteiro das atividades didáticas e como foram ouvidas as críticas e modificados os detalhes que se faziam necessários aprimorou o resultado das oficinas. Em uma das grandes discussões sobre o tema Candomblé (religião brasileira de matriz africana), cogitou-se não abordar o mesmo. Felizmente, as avaliações feitas entre as equipes de trabalho possibilitaram o entendimento de que o tema traria sempre debates calorosos e que esse trabalho pelo Brasil representava um momento único para tratarmos desse assunto específico, dada a existência de uma crescente intolerância religiosa³⁰. Decidiu-se manter a discussão, alocando-a no último dia, após o debate sobre os Valores Civilizatórios Afro-brasileiros que sensibilizava os educadores a respeitar a cosmovisão africana.

A troca e o aprendizado são o maior ganho do trabalho. Os professores de cada região traziam diferentes perspectivas de interpretação da abordagem didática que era aplicada ao tema. Estabeleceu-se um intercâmbio de informação muito frutífero entre eles e os capacitadores. Foram experiências inesquecíveis, tanto as com os professores menos conscientes sobre o tema, com os mais preconceituosos, quanto com os mais engajados no movimento negro. Para quem faz esse trabalho por um ideal político e social, as reflexões dos diversos segmentos do movimento negro foram preciosas.

Os encontros mostraram que a luta contra o racismo que vem sendo feita individual e coletivamente, em outras instâncias, conquistou um território de aplicação real, através da Lei nº 10.639/03. A certeza de que trabalhar com educação formal, na perspectiva de valorização da África e dos afro-brasileiros não é limitada. E a questão propriamente dita de mudança nos

³⁰ Sobre intolerância religiosa ver, entre outros: RAFAEL, Ulisses Neves. Muito barulho por nada ou o 'Xango rezado baixo': uma etnografia do 'Quebra de 1912' em Alagoas, Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14 n. 2, p. 289-310, 2010. Disponível em : <<http://etnografica.revues.org/297;DOI:10.4000/etnografica.297>>. Acesso em: nov. 2010.



conteúdos programáticos não é o fim dessa política, mas, sim, o meio pelo qual podemos melhorar o ensino infantil, fundamental e médio no país. Percebeu-se que havia uma convergência entre os ideais expostos pela equipe de capacitadores do projeto *A Cor da Cultura* e uma prática inclusiva de temas relacionados com a história da África e dos afro-brasileiros, implementados de forma individual por educadores e militantes dos movimentos sociais nas escolas. Se em alguns momentos, difíceis, imaginou-se que a implementação da Lei nº 10.639/03 poderia transformar-se em frustração, foi um engano, ela se fortaleceu.

Esse trabalho trouxe a consciência de que ser negro não é apenas uma questão de cor ou raça. Ser negro é também um posicionamento político, como se pode ler nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana³¹, que está em conformidade com o Movimento Negro em todo mundo³².

O material do projeto possui uma qualidade singular, mas não é o único existente no país e nem mesmo o único que chegou às escolas com a proposta de atender a demanda da Lei nº 10.639/03. Existem no MEC (*Ministério da Educação e Cultura*), mesmo antes da aprovação da dita Lei, vários materiais pedagógicos que se prestam a essa função, o que falta é familiarização com o tema por parte dos professores e diretores de escolas para que esse material não fique estocado nos depósitos do Ministério e nem nos arquivos das escolas.

Esse é outro desafio que vai além do projeto *A Cor da Cultura*, porque esses professores necessitarão de tempo para digerir o que não lhes foi dado durante toda sua história de formação docente. O tempo futuro é o da descoberta da diversidade africana, que não se constitui somente de cores, povos e tambores, mas também de tecnologia, riquezas minerais, ciências e, por fim, de um universo de histórias que estão esperando para serem contadas.

Orubabuê, até breve!

Recebido em: 29/11/2012
Aprovado em: 22/01/2013

³¹ BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, Brasília, DF, outubro, 2005.

³² Cf. Declaração de DURBAN de setembro de 2001, redigida durante a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata na cidade de Durban na África do Sul, distribuída pela Coordenação dos Assuntos da População Negra de São Paulo.